

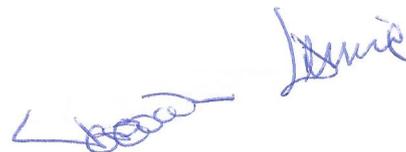


CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RN
COSEMS/RN

ATA DA 80ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR
Ano 2004

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e quatro, a presidente **DIVANEIDE FERREIRA DE SOUZA** iniciou a reunião extraordinária do Conselho Diretor, que após verificação do quorum regimentar, submeteu a ata da reunião anterior para apreciação dos membros. A mesma foi aprovada. Questionada sobre o motivo da convocação desta reunião, a Presidente informou que a mesma tem como principal objetivo à discussão das atividades a serem desenvolvidas para o segundo semestre do ano em curso. Iniciou colocando as dificuldades que os gestores estão enfrentando neste momento em relação ao fluxo de procedimentos de média complexidade e principalmente quanto à politicagem já instalada nos municípios em virtude da campanha eleitoral. Mesmo não constando na pauta, os municípios demonstraram demasiada preocupação com as alterações da PPI, ou seja, quanto ao envio das referidas alterações para a SESAP/RN e sua operacionalização. Mediante as dificuldades apresentadas, a Presidente sugeriu a realização de uma Oficina para discutir os parâmetros para aperfeiçoamento da PPI. **TEREZINHA REGO** – DOA/SMS/Natal, reforçou que há dificuldades inclusive de informações que subsidiem a discussão, por exemplo o acesso a portarias, assessoria do Ministério da Saúde e etc. É unânime a manifestação de todos para melhores esclarecimentos sobre a operacionalização da referida PPI. **TEREZINHA REGO** ainda com a palavra citou uma listagem de procedimentos que são mais complicados ainda para operacionalizar. A Conselheira **TEREZA NERI** colocou também a questão das dificuldades com a marcação de consultas especializadas pactuadas com Natal. Questionou o que os municípios podem fazer para garantir os referidos procedimentos, necessários para o cumprimento da integralidade das ações. Levantou-se ainda a situação do IPE que não atua dentro da regulação e que só serve para atendimento da demanda espontânea, não estando ainda dentro da regulação municipal. A Presidente sugeriu que o IPE seja convocado a entrar no sistema de regulação. Caso a unidade não aceite, então que o município descredencie do SUS a referida Unidade. A Presidente ressaltou ainda as dificuldades de alta complexidade que é da responsabilidade do Estado.

Acertando após várias discussões, que este assunto entrará posteriormente na pauta da CIB. Na Atenção Básica - AB, as dificuldades perpassam pela precarização das condições de trabalho, perfil dos profissionais, falta de capacitações, etc. " O ideal é estar buscando junto ao Estado a garantia do cumprimento de sua responsabilidade no processo do fortalecimento da qualificação da AB. No que se refere principalmente nas capacitações dos sujeitos construtores do SUS". Desabafou a Presidente. A Conselheira **TEREZA NERI**, solicitou um encaminhamento quanto à situação das consultas especializadas. O município de Natal, justificou as dificuldades que está ocorrendo para o acesso, pelo fato de está ainda com o sistema de regulação em processo de implantação. Por outro lado a central do estado também não funciona. A Presidente colocou que apesar da justificativa, o município de Natal necessita tomar uma posição em relação a esta situação. Lembrou ainda, que há a existência do Fórum interinstitucional e este assunto será levado para sua próxima reunião. **TEREZINHA REGO** lembrou que o estado não pode também fugir a sua responsabilidade de está monitorando todo o processamento. **LUCIA MAGDA LOPES** - SMS/Jucurutu, indagou como proceder quando o município apresentar procedimento de outros municípios que não pactuaram os mesmos. A Presidente sugeriu, que a SESAP se comprometa a fazer os devidos ajustes. Discutindo a ordem o dia, a Presidente informou que o Ministério da Saúde retomou a discussão sobre Saúde do trabalhador, e está incentivando o estado a elaborar um plano utilizando a estratégia da Saúde da Família, que é detectar e notificar a doença, a fim de respaldar o trabalhador e acompanhá-lo desde a consulta até a internação ou alta, se for o caso. Informou ainda que para os municípios interessado em aderir ao plano, o Estado dispõe de cópia de formulário de notificação e assessoria para dirimir dúvidas. Fala da importância do Plano e de poder pactuar no futuro, com o município do Natal, os outros serviços que seus municípios não possam oferecer aos trabalhadores. Antes de finalizar a reunião, haja vista a proximidade da transição dos cargos de Secretários Municipais de Saúde, devido ao período de sucessão municipal, a Presidente falou da importância de preservar a memória da respectiva gestão, onde deve ser registrado e acompanhado as pactuações, plano de saúde, relatório de gestão, dentre outros, a fim de subsidiar os próximos gestores. Enfatizou a importância de preservar as informações dos sistemas (SIA/SUS, SINASC, SINAM, SIOPS e etc). Ressaltou ainda sua preocupação com os recursos extra-teto que poderão estar ferindo a lei de responsabilidade



fiscal. Sobre os Agentes Comunitários de Saúde, o Ministério da Saúde está se propondo a formar esses profissionais através do CEFOP, no caso do RN, com o objetivo de valorizar a força de trabalho desses agentes. A proposta é de oferecer o curso técnico para ACS. O COSEMS aprova a proposta uma vez que questões como vínculo e incentivos financeiros sejam norteados e garantidos pelo MS. Outro ponto em relação aos ACS, trata das sucessivas questões colocadas pela Promotoria Pública quanto às modalidades de contratação destes trabalhadores, extensivo a toda equipe de saúde da família, que continua gerando polêmicas. O colegiado manifestou-se a favor de uma reunião com todos os atores envolvidos neste cenário em busca da desprecarização do trabalho. Em informes gerais, SOLANE COSTA apresentou o ofício circular do Ministério da Saúde, informando a realização da Oficina Macrorregional – “um pacto pela saúde no Brasil: prioridades – investimentos – território”, nos dias 05, 06 e 07 de julho, em Brasília e destinando quatro vagas sendo: uma para a Presidência e municípios por quantitativo de habitantes. Obedecendo a solicitação foram indicadas: a Presidente, **DIVANEIDE FERREIRA**, **MARIA DAS DORES** - SMS/Mossoró, **FRANCISCA EDERLINDA** – SMS/Macaíba e **MARIA NEUMAN** – SMS/José da Penha. Lembrando que a capital também está contemplada, sendo que para a mesma, não será disponibilizado pelo MS as passagens aéreas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião. Fim. Natal, 23/06/2004. REGISTRAMOS AS SEGUINTESS ASSINATURAS DOS CONSELHEIROS: **DIVANEIDE FERREIRA** - Presidente, **MARIA DAS DÔRES BURLAMAQUI**, **MARIA TERESA NERI** e **FRANCISCA EDERLINDA** – Vices-presidentes. E demais presentes (lista anexa)